

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.805 - RS (2015/0065459-1)

EMBARGANTE : ADAO ROBERTO RODRIGUES VILLAVERDE
EMBARGANTE : ADRIANA ANTUNES DE ALMEIDA
EMBARGANTE : AIR NUNES DOS SANTOS
EMBARGANTE : ALCEU BARBOSA VELHO
EMBARGANTE : ALCEU DE DEUS COLLARES
EMBARGANTE : ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
EMBARGANTE : ALEXANDRE POSTAL
EMBARGANTE : ALTEMIR ANTONIO TORTELLI
EMBARGANTE : ANA AMÉLIA DE LEMOS
EMBARGANTE : ANA INES AFFONSO
EMBARGANTE : ANTÔNIO VALDECI OLIVEIRA DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : AURIO PAULO SCHERER
EMBARGANTE : CELSO RICARDO LUDWIG
EMBARGANTE : CELSO WOYCIECHOWSKI
EMBARGANTE : DANIEL LUIZ BORDIGNON
EMBARGANTE : DIOGENES LUIZ BASEGIO
EMBARGANTE : DIONILSO MATEUS MARCON
EMBARGANTE : EDSON MEURER BRUM
EMBARGANTE : EDUARDO JULIANO FERNANDES
EMBARGANTE : ELIANE PIOVESAN BOTTON
EMBARGANTE : ELTON ROBERTO WEBER
EMBARGANTE : ELVINO JOSÉ BOHN GASS
EMBARGANTE : FRANCISCO NATAL SIGNOR
EMBARGANTE : GERMANO ANTONIO RIGOTTO
EMBARGANTE : GERSON BURMANN
EMBARGANTE : GILMAR SOSSELLA
EMBARGANTE : GIOVANI CHERINI
EMBARGANTE : GUILHERME CASSEL
EMBARGANTE : HEITOR JOSE SCHUCH
EMBARGANTE : JEFERSON OLIVEIRA FERNANDES
EMBARGANTE : JOAO EDEGAR PRETTO
EMBARGANTE : JOSE ALFONSO EBERT HAMM
EMBARGANTE : JOSE ANTONIO JUNIOR FROZZA PALADINI
EMBARGANTE : JOSE FRANCISCO GORSKI
EMBARGANTE : JOSE HERMETO HOFFMANN
EMBARGANTE : JOSE LUIS LAUERMANN
EMBARGANTE : JOSE LUIZ BORTOLI AZAMBUJA
EMBARGANTE : JULIANA BRIZOLA
EMBARGANTE : LUIS ALBERTO TRINDADE
EMBARGANTE : LUIS FERNANDO SCHMIDT
EMBARGANTE : MARCO ANTONIO TRIERVEILER
EMBARGANTE : MARIOVANE GOTTFRIED WEIS
EMBARGANTE : MARISA VIRGINIA FORMOLO DALLA VECCHIA
EMBARGANTE : MARLON ARATOR SANTOS DA ROSA

EMBARGANTE : MIRIAM PAZ GARCEZ MARRONI
EMBARGANTE : OLIVIO DE OLIVEIRA DUTRA
EMBARGANTE : OSVALDO GUADAGNIN
EMBARGANTE : PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO
EMBARGANTE : PAULO RENATO PAIM
EMBARGANTE : PEDRO BANDARRA WESTPHALEN
EMBARGANTE : PEDRO JORGE SIMON
EMBARGANTE : RAUL JORGE ANGLADA PONT
EMBARGANTE : RAUL KROEFF MACHADO CARRION
EMBARGANTE : ROBERTO RAMOS
EMBARGANTE : RUI POLIDORO PINTO
EMBARGANTE : SERGIO SCHNEIDER
EMBARGANTE : SILVIO ISOPPO PORTO
EMBARGANTE : TEREZINHA MARQUES FLOR
EMBARGANTE : VERGILIO FREDERICO PERIUS
EMBARGANTE : VERONICA BANDEIRA SIMOES
EMBARGANTE : VOLMIR JOSE MIKI BREIER
EMBARGANTE : WALDYR STUMPF JUNIOR
ADVOGADOS : JORGE LUTZ MULLER - RS007563
KARINA DE SOUZA FEIJÓ E OUTRO(S) - RS078508
EMBARGADO : UNIÃO
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : LUIZ CLÁUDIO DE LEMOS TAVARES

DECISÃO

Trata-se o presente feito de ação popular ajuizada por Alceu de Deus Collares e outros em face do agente fiscal Nei Lauro Biazetto e outros, e União objetivando a anulação de ato administrativo segundo o qual foi revogada a imunidade da qual gozava a Associação Sulina de Crédito e Extensão Rural - ASCAR, referente às contribuições para a seguridade social, bem assim, o ato que cancelou o Certificado de Entidade de Assistência Social - CEBAS da referida Associação. À causa foi arbitrado o valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão, quinhentos milhões de reais). Na sentença, julgou-se extinto o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 267, V e VI, do CPC. No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a sentença foi reformada, nos seguintes termos ementados:

ACÇÃO POPULAR. PRESCRIÇÃO. ATOS CONSIDERADOS LESIVOS À ASCAR (ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL). REVOGAÇÃO DA IMUNIDADE. CASSAÇÃO DO CEBAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. LITISPENDÊNCIA NÃO RECONHECIDA EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO ATO ATACADO. CAUSA DE PEDIR DIVERSA. ACÇÃO ORDINÁRIA POR VÍCIO FORMAL. AUSÊNCIA DE TRÍPLICE IDENTIDADE NOS TERMOS DO ARTIGO 301, §§2º E 3º DO CPC.

RECONHECIMENTO DE COISA JULGADA EM RELAÇÃO AO SEGUNDO ATO. IDÊNTICO PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PARTES DISTINTAS. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. ARTIGO 6º, §5º, DA LEI 4.717/65. APELAÇÃO MINISTERIAL. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO DAS RAZÕES APÓS JULGAMENTO DOS EMBARGOS.

1. Deve ser afastada a alegação de prescrição uma vez que os atos supostamente lesivos repercutem seus efeitos até o presente momento.

2. Pelo status constitucional que ostenta, a ação popular não admite interpretação restritiva no que tange à sua aplicabilidade. A tutela do interesse público se dá de forma ampla, dada a relevância para a sociedade e para o Estado, conforme já deixou assentado o Superior Tribunal de Justiça.

3. Se o reconhecimento da imunidade de entidades filantrópicas pode ser objeto de ações populares, nas hipóteses em que caracterizada a lesão ao erário em decorrência de ilegalidade, não é razoável nem proporcional que se afaste do âmbito da ação popular o exame da cassação de benefício fiscal que venha a acarretar inelutável prejuízo à sociedade.

4. Destacando-se a agropecuária como uma das principais atividades econômicas do Estado do Rio Grande do Sul, é certo que a cassação de imunidade e conseqüente inviabilização da continuidade das atividades de apoio técnico aos pequenos agricultores interessa a toda coletividade.

5. Não há litispendência entre o primeiro ato dito lesivo (cassação de imunidade) relativamente aos autos do processo nº 2003.04.01.025860-8, uma vez que a demanda individual formalizada pela ASCAR contém causa de pedir diversa, fulcrada na alegação de ausência de contraditório e ampla defesa. A demanda coletiva, a seu turno, não se encerra na anulação dos atos administrativos por vício formal, pois apresenta espectro mais amplo - preservação da ASCAR - abrangendo o exame de preenchimento dos requisitos para reconhecimento da imunidade: caráter assistencial da entidade e possibilidade de remuneração dos servidores administradores.

6. A alegação de vício de procedimento nos autos do processo administrativo nº 44006.002197/2002-15 já foi objeto de ação judicial transitada em julgado. Hipótese em que reconhecida a tríplice identidade, impondo-se a manutenção da decisão extintiva do feito sem julgamento de mérito (artigo 267, inciso V, do CPC) em relação ao segundo fato. Deve ser reconhecida a existência de litispendência/coisa julgada sempre que houver identidade de pedir, causa de pedir e de partes no sentido material, apesar de as partes processuais serem diversas.

8. Em vista da ausência de ratificação da apelação após o julgamento dos embargos de declaração, não merece trânsito o recurso do Parquet de primeiro grau.

9. Na ação popular, cujo objetivo é anular ato lesivo ao patrimônio público, qualquer cidadão pode habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor, nos termos do art. 6º, §5º da Lei 4.717/65.

10. Apelação da ASCAR parcialmente provida para o efeito de determinar o processamento da ação popular em relação ao primeiro ato dito lesivo. Apelação do Ministério Público Federal não conhecida.

No julgamento encimado, embora não tenha sido revalidado o CEBAS da referida associação, foi revista a revogação da imunidade.

Opostos embargos de declaração, esses foram acolhidos somente para correção de erro material, sem efeitos modificativos.

Interpostos recursos especiais pela União, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal e por Adão Roberto Rodrigues Villaverde e Outros, com esteio no art. 105, III, *a* e *c*, da Lex Mater. A parte recorrente Adão Roberto Rodrigues Villaverde e Outros, apontaram violação aos arts. 1º e 22 da Lei nº 4.717/65, aos arts. 126, 301, §§ 1º e 2º 463,II, 468, 472, 502, 503, 535, II, do CPC/73 e aos arts. 3º e 4º da Lei de Introdução as Normas de Direito Brasileiro – LINDB.

Sustentaram, em síntese, que não foram analisadas questões apresentadas e, no mérito, que não ocorreu a afirmada litispendência, sendo equivocada a aplicação do instituto da coisa julgada, sendo necessário rever o cancelamento do CEBAS.

Apresentou divergência jurisprudencial.

Por sua vez, a União, indicou violação aos arts. 1º e 21 da Lei 4.717/1965 e arts. 2º, 3º, 267, V e VI, todos do CPC/1973, argumentando, em resumo, não ser cabível o ajuizamento de ação coletiva objetivando garantir direito subjetivo individual relacionado à pessoa jurídica da associação mencionada, consignando, ainda, que na hipótese dos autos ocorre litispendência entre a presente ação coletiva e diversas ações, ordinárias e embargos à execução, acerca das exações que estariam abarcadas pela imunidade revogada.

Contrarrrazões apresentadas (fls.16.341-16.356 e 16.392-16.410).

Parecer do MPF pelo provimento do recurso especial da UNIÃO (fl. 16.534), no seguinte sentido:

RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO POPULAR. NULIDADE DE ATOS ADMINISTRATIVOS. CANCELAMENTO DE CEBAS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.

- Ação popular proposta contra a UNIÃO e outros, visando nulidade de atos administrativos do INSS, que cancelou Certificado de Entendida Beneficente de Assistência Social - CEBAS da ASCAR - Associação Sulina de Créditos e Extensãc Rural e revogou a imunidade/isenção da contribuição previdenciária referente à cota patronal pelo INSS.

- Recurso especial dos autores populares: violação aos arts. 1º e 22 da Lei nº 4.717/65, aos arts. 126, 301, §§ 1º e 2º 463,II 468, 472, 502, 503, 535, II, do CPC/73 e aos arts. 3º e 4º da Lei de Introdução as Normas de Direito Brasileiro - LINDB, sob c fundamento de que não restaram analisados todos os pontos questionados em sede de embargos de declaração; é possível a utilização da ação popular para fins de responsabilização de servidor público e proteção ao interesse coletivo; aplicaçãc indevida dos institutos da coisa julgada e da litispendência além de divergência jurisprudencial no que quanto ao disposto no art. 301, §§ 1º e 2º, do CPC/73 (incidência da litispendência)

- Recurso especial da União: violação aos arts. 1º e 21 da Le nº 4.717/65, aos arts. 301, §§ 2º e 3º, 267, V, VI, do CPC/7- (inadequação da via eleita, ocorrência de litispendência e dc prescrição).

- A ação popular se destina à proteção do patrimônio público (coletividade). Essa, contudo, não é a hipótese dos autos, pois os autores buscam a defesa de interesses particulares ao pretenderem a declaração de

nulidade dos atos administrativos que deixaram de considerar a ASCAR - Associação Sulina de Créditos e Extensão Rural como entidade beneficente de assistência social e, conseqüentemente, imune a contribuições de seguridade social.

- Parecer pelo conhecimento e provimento do recurso especial da União, restando prejudicada a análise do recurso nobre dos autores.

Recebidos os autos no STJ, foi proferida decisão com o seguinte dispositivo:

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial da UNIÃO - FAZENDA NACIONAL, para declarar a inadmissibilidade da via eleita e restaurar a sentença de primeiro grau extinguindo a ação sem a resolução do mérito. Com esteio no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso especial de ADÃO ROBERTO RODRIGUES VILLAYERDE e OUTROS.

Opostos embargos de declaração. Sustenta a parte embargante que a decisão recorrida possui erro material e incorreu em omissão conforme o seguinte trecho dos embargos:

Inicialmente incorreu em erro material, porque a ASCAR foi constituída pela União, pelo Estado do Rio Grande do Sul, dentre outros, e é mantida quase que integralmente com recursos públicos da União, do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul - isto é, os entes públicos participam da "associação", e omissa, porque não cotejou o caso concreto com o texto "integral" do artigo 1º da Lei 4.717/65:

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

As alegações da parte embargante foram analisadas na decisão embargada.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

É vedado a esta Corte, na via especial, apreciar eventual ofensa à matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de

usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal. Precedentes: EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 575.787/DF, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017; AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1.677.316/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 14/12/2017; EDcl no AgInt no REsp 1.294.078/DF, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 5/12/2017.

O apontamento de vício pela parte embargante foi tratado com clareza e sem contradições, conforme se percebe do seguinte trecho da decisão:

Assiste razão à União quando afirma que a ação popular não é a via eleita para a pretensão visada pelos recorrentes particulares.

É que na presente hipótese a ação coletiva visa a manutenção de imunidade que reflete diretamente nos direitos relacionados à pessoa jurídica da associação, não se cogitando de que a cobrança de exação, validamente instituída com reflexo diretamente público, caracterize uma ofensa ao patrimônio público dos entes da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, desbordando da previsão do art. 1º da Lei 4.717/1965.

As alegações da parte, como se vê, configuram a intenção de rediscutir a matéria, o que é inviável em embargos de declaração.

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos

declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso. No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia-se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator